

DESIIS no RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.077 - SP (2019/0287416-5)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
REQUERENTE : AIRTON PEASSON
ADVOGADO : AIRTON PEASSON (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR020391
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE ITANHAÉM
PROCURADOR : DULCINÉIA LEME RODRIGUES - SP082236
INTERES. : DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE INFORMATICA
INDUSTRIALLTDA
ADVOGADO : AIRTON PEASSON - PR020391

DECISÃO

Por petição protocolizada aos 20/11/2019 (e-STJ fls. 323/324), AIRTON PEASSON manifesta a sua desistência do recurso especial, postulando a respectiva certificação do trânsito em julgado perante esta Corte, para fins de levantamento de valor, pela empresa interessada, dado como garantia ao juízo da execução, que fora extinta pelo TJ/SP, ante o reconhecimento da nulidade dos títulos executivos.

Passo a decidir.

De início, observo a legitimidade do requerente para postular a desistência, na medida em que o apelo raro foi por ele interposto, em razão de interesse próprio, relacionado ao valor dos honorários advocatícios fixado pelo Tribunal de origem, em acórdão que extinguiu a execução fiscal oposta em desfavor da empresa interessada. Ademais, a representação desta, pelo requerente, encontra-se devidamente comprovada às e-STJ fl. 48.

Outrossim, conforme estabelece o art. 998 do CPC/2015, o ato de desistência do recurso pode se dar a qualquer tempo e sem a anuência da parte *ex adversa*, inexistindo, na espécie, óbice para a sua homologação.

Ante o exposto, com base no art. 34, IX, do RI/STJ, HOMOLOGO a desistência do recurso especial.

Após o transcurso do prazo recursal, dê-se baixa, com a devolução dos autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator